

A PESQUISA-AÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: A FAMÍLIA E AS EMOÇÕES

ACTION RESEARCH IN EARLY CHILDHOOD: THE FAMILY AND EMOTIONS

Michelle Dal Berto Sasso¹

Mara Andrea Kai Bellini²

Greice Lopes Cezar³

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i1.500>

Publicado em: 26.01.2026

Resumo: O presente artigo analisa a importância da estrutura familiar na formação da identidade, dos valores e dos sentimentos de crianças da Educação Infantil. Parte-se do pressuposto de que, mesmo na primeira infância, as crianças já internalizam experiências afetivas provenientes do contexto familiar, as quais influenciam suas formas de agir, pensar e se relacionar no ambiente social e escolar. Essas vivências manifestam-se por meio de falas, desenhos, expressões emocionais, brincadeiras e interações cotidianas. A pesquisa, de abordagem qualitativa e fundamentada na metodologia da pesquisa-ação, acompanhou duas crianças de cinco anos de idade, matriculadas na mesma instituição privada do município de Sorriso/MT, inseridas em diferentes configurações familiares — uma convivendo com pai e mãe no mesmo lar e outra que vivenciou a separação dos pais. Os dados foram produzidos a partir de observações em sala de aula, rodas de conversa, atividades pedagógicas e recursos lúdicos voltados à educação emocional. Os resultados evidenciam a influência significativa do contexto familiar na constituição emocional e identitária das crianças e destacam o papel da escola como espaço de escuta, acolhimento e mediação dos sentimentos no desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil; Família; Desenvolvimento emocional; Identidade infantil; Escola.

Abstract: This article analyzes the importance of family structure in the formation of identity, values, and emotions of children in Early Childhood Education. It is based on the assumption that, even in early childhood, children internalize affective experiences from the family context, which influence their ways of thinking, acting, and relating within social and school environments. These experiences become evident through speech, drawings, emotional expressions, play, and daily interactions. The study adopts a qualitative approach grounded in action research and followed two five-year-old children enrolled in the same private educational institution in the municipality of Sorriso, Mato Grosso, Brazil, who were part of different family configurations—one living with both parents in the same household

- 1 Discente do Programa em Práticas Sociocultural e Desenvolvimento Social (UNICRUZ) Licenciada em Letras (UNICRUZ). E-mail: girassol.ws@gmail.com
- 2 Discente do Programa em em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). Licenciada em Letras (UNICRUZ). E-mail: marabellini2024@hotmail.com
- 3 Discente do Programa em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). Licenciada em Pedagogia (UFPel). E-mail: .greicelopes15@gmail.com



and the other experiencing parental separation. Data were collected through classroom observations, conversation circles, pedagogical activities, and playful resources focused on emotional education. The findings highlight the significant influence of family context on children's emotional and identity development and emphasize the role of the school as a space for listening, emotional support, and mediation in early childhood development.

Keywords: Early Childhood Education; Family; Emotional development; Child identity; School.

Considerações iniciais

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da estrutura familiar na formação da identidade, dos valores e dos sentimentos de crianças da Educação Infantil. Parte-se do pressuposto de que, mesmo em pouca idade, as crianças já carregam consigo marcas afetivas e experiências que influenciam suas formas de agir, pensar e se relacionar no meio social. Tais manifestações tornam-se visíveis no cotidiano escolar por meio de falas, desenhos, expressões faciais, brincadeiras e diferentes formas de interação, revelando aspectos significativos de suas vivências familiares.

A pesquisa buscou descrever e compreender conflitos, emoções e realizações expressas pelas crianças no contexto escolar, considerando que esses elementos refletem experiências familiares bem ou malsucedidas. Para isso, foram acompanhadas duas crianças de cinco anos de idade, matriculadas desde os dois anos na mesma instituição privada do município de Sorriso/MT. Uma delas convive em estrutura familiar composta por pai e mãe no mesmo lar; a outra vivenciou a separação dos pais no ano de 2024. Ambas pertencem a famílias com condições financeiras estáveis e com vínculos afetivos considerados positivos, o que possibilitou investigar de que maneira diferentes configurações familiares repercutem na constituição da identidade infantil.

O estudo, de caráter qualitativo e fundamentado na pesquisa-ação, desenvolveu-se ao longo de dois meses. Nesse período, realizaram-se observações diretas em sala de aula, rodas de conversa, levantamento de questões com os alunos, aplicação de atividades pedagógicas e utilização de recursos lúdicos, como o trabalho com os “monstrinhos dos sentimentos”, contação de histórias relacionadas às emoções — raiva, amor, tristeza, alegria e saudade —, além da exibição do filme *Divertida Mente*, que aborda o universo emocional infantil. Como culminância, promoveu-se a “aula da saudade”, momento em que as crianças puderam expressar, por meio de relatos e desenhos, suas compreensões acerca desse sentimento.

A partir dessas estratégias, foi possível refletir sobre a influência da família na constituição emocional e identitária das crianças, bem como sobre o papel da escola como espaço de escuta, acolhimento e mediação dos sentimentos. Assim, este trabalho pretende contribuir para a compreensão das relações entre contexto familiar e desenvolvimento infantil, oferecendo subsídios para práticas pedagógicas mais sensíveis às singularidades de cada criança.

A pesquisa-ação

A realização de Pesquisa-Ação na Educação Infantil implica abranger um amplo conjunto de perguntas, respostas e práticas, uma vez que esse campo apresenta grande diversidade de aspectos passíveis de investigação. A pesquisa-ação é reconhecida como uma estratégia metodológica que articula investigação e intervenção, orientando-se para a resolução de um problema identificado no contexto estudado.

Trata-se de uma modalidade de investigação de caráter prático, que fundamenta seus esforços em análises e reflexões voltadas à proposição de intervenções diante da problemática levantada pelo pesquisador e pelos participantes do cenário observado. Inicialmente concebida como estratégia experimental para explicar determinados fenômenos, a pesquisa-ação consolidou-se como projeto de intervenção destinado a transformar realidades, com ênfase na compreensão crítica dos fatos. Nessa perspectiva, Severino (2017, p. 88) afirma que “a pesquisa-ação é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la”. De modo convergente, Tanajura e Bezerra (2015) destacam que esse tipo de pesquisa propõe ações para transformar as realidades investigadas, ao mesmo tempo em que possibilita a produção de conhecimentos.

Entre as abordagens qualitativas, a pesquisa-ação apresenta amplas possibilidades de aplicação, especialmente no contexto escolar. Thiollent (2008) define-a como um método que integra diversas técnicas da pesquisa social, estabelecendo uma estrutura coletiva, participativa e ativa no processo de produção de informações. Para o autor, uma investigação pode ser caracterizada como pesquisa-ação quando há, de fato, uma ação de caráter não trivial por parte dos sujeitos envolvidos no problema analisado.

Nessa direção, Thiollent (2008, p. 14) conceitua:

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Ainda segundo Thiollent (2008, p. 21), a pesquisa-ação possibilita o estudo dinâmico de problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e processos de tomada de consciência que se desenvolvem entre os sujeitos ao longo da transformação de determinada realidade. O autor reconhece, contudo, que essa abordagem metodológica se encontra em processo de consolidação e ainda não é consensual entre pesquisadores das Ciências Sociais e de outras áreas do conhecimento. Para ele, a pesquisa-ação apresenta-se como alternativa às pesquisas convencionais, por favorecer a construção de respostas mais efetivas aos problemas concretos vivenciados nos contextos investigados.

Nessa perspectiva, distinguem-se dois tipos de objetivos: o objetivo prático, voltado ao melhor equacionamento do problema central da investigação, e o objetivo de conhecimento, destinado à produção de informações que dificilmente seriam alcançadas por outros

procedimentos metodológicos (THIOLLENT, 2008). Nas últimas décadas, essa modalidade de pesquisa consolidou-se como estratégia relevante nas Ciências Sociais, especialmente no campo educacional. De acordo com o autor, a orientação metodológica da pesquisa-ação permite aos pesquisadores produzir conhecimentos de aplicação mais efetiva, inclusive no âmbito pedagógico, ao promover a participação dos sujeitos do contexto escolar na busca coletiva de soluções para seus próprios desafios.

Identidade como processo social e cultural

A identidade configura-se como um processo dinâmico e multifacetado, atravessado por sentimentos, experiências e decisões que articulam dimensões racionais e irracionais. Os investimentos pessoais realizados pelo sujeito ao longo de sua trajetória evidenciam que a identificação não é estática, mas continuamente construída nas relações sociais e culturais. Nessa direção, Bauman (2005, p. 91) afirma que “a construção de identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável. Os experimentos jamais terminam”, destacando o caráter processual e inacabado das identidades na contemporaneidade.

Habermas (1983, p. 147) ressalta que “a autoidentificação predicativa que efetua uma pessoa é, em certa medida, condição para que essa pessoa possa ser identificada genericamente e numericamente pelas demais”. Assim, a identidade constitui-se de forma dialética na relação entre indivíduo e sociedade, envolvendo processos de autoidentificação e de reconhecimento social, permeados por dimensões conscientes e inconscientes. O sujeito, enquanto ser social, encontra-se inserido em redes comunicacionais e relações de poder que influenciam suas formas de agir e de se perceber, podendo flexibilizar suas ações diante das transformações históricas e culturais.

Nesse percurso, a memória desempenha papel fundamental, uma vez que a representação de si é inseparável do sentimento de continuidade temporal. A articulação entre passado, presente e futuro confere consistência subjetiva e sustenta a percepção de pertencimento (HAVILAND et al., 1994). Do mesmo modo, as crenças compartilhadas constituem a base simbólica dos grupos sociais, orientando práticas e estabelecendo fronteiras de identificação coletiva (DESCHAMPS et al., 1999; CUCHE, 1996).

Na infância, tais processos tornam-se ainda mais intensos, pois as crianças encontram-se em fase de ampla abertura às experiências sociais e culturais. Ao ingressarem na escola, trazem consigo repertórios de letramento, valores e referências construídas no contexto familiar, os quais influenciam diretamente a formação de sua identidade. A instituição escolar, portanto, assume papel decisivo ao reconhecer e valorizar essas trajetórias, contribuindo para a construção de novas formas de pertencimento e de identidade coletiva.

A família constitui a primeira e mais significativa instituição na formação do indivíduo, visto que as experiências afetivas vivenciadas nesse núcleo repercutem no desenvolvimento da personalidade e na inserção social. Os primeiros anos de vida revelam-se determinantes para

o equilíbrio emocional e psicológico, tornando imprescindível que as instituições educativas acolham o universo simbólico infantil, especialmente o brincar e a imaginação, elementos essenciais à criatividade e ao bem-estar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil definem a criança como sujeito histórico e de direitos que, nas interações cotidianas, constrói sua identidade pessoal e coletiva, produz cultura e atribui sentidos ao mundo (BRASIL, 2009). De forma convergente, a Base Nacional Comum Curricular afirma que, nas primeiras experiências sociais vivenciadas na família, na escola e na coletividade, as crianças elaboram percepções sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, reconhecendo-se como seres individuais e sociais (BRASIL, 2017). Tais documentos ressaltam que a Educação Infantil deve promover o contato com diferentes grupos culturais e modos de vida, favorecendo a valorização da identidade, o respeito às diferenças e a compreensão da diversidade humana.

Desse modo, a legislação educacional assegura o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, social e cognitivo. Cabe às instituições de ensino organizar práticas pedagógicas que possibilitem experiências significativas de socialização e reconhecimento, de modo a contribuir para a formação de sujeitos críticos, autônomos e conscientes de sua identidade em permanente construção.

As emoções na primeira infância

O nascimento marca a primeira experiência de comunicação do bebê com o mundo, tendo o choro como sua forma inicial de expressão. Por meio dele, o recém-nascido manifesta necessidades e sensações, permitindo que o cuidador reconheça seus estados emocionais e estabeleça os primeiros vínculos afetivos. Essa interação inaugura o processo de desenvolvimento emocional, que se inicia na infância e se estende por toda a vida.

Nos primeiros meses, já podem ser identificadas emoções básicas como alegria, raiva, tristeza e medo. À medida que o senso de identidade se amplia, emergem sentimentos mais complexos, como timidez, surpresa, euforia, vergonha, culpa, orgulho e empatia. Crianças em idade escolar encontram-se em processo de aprendizagem para reconhecer o que sentem, compreender as causas dessas emoções e desenvolver formas adequadas de regulá-las (FRANCO; SANTOS, 2015).

Ao longo da primeira infância, a criança vivencia saltos significativos de desenvolvimento que repercutem em sua organização emocional e comportamental. Entre os quatro meses e os seis anos, são frequentes períodos de maior instabilidade afetiva, nos quais os sentimentos podem apresentar-se de maneira intensa e, por vezes, contraditória. Cada criança reage de forma singular a essas transformações, sendo algumas mais retraídas e outras mais expansivas. A ausência de preparo das famílias para lidar com tais mudanças pode dificultar a compreensão e a mediação dessas manifestações.

Em cada etapa do crescimento, a criança constrói referências identitárias que a acompanharão ao longo da vida. A manutenção de vínculos afetivos estáveis e de uma rotina segura constitui fator de proteção para que os conflitos da primeira infância sejam elaborados de forma saudável, evitando repercussões negativas na adolescência e na vida adulta. Conforme a criança amadurece, amplia sua capacidade de responder às demandas sociais, desenvolvendo novas associações cognitivas e formas mais elaboradas de autorregulação emocional (PINHEIRO, 2018).

Antes do domínio da linguagem oral, a criança expressa-se principalmente pelo corpo, por meio de gestos, olhares, choros, abraços ou mesmo comportamentos como mordidas e empurrões. Tais manifestações revelam sentimentos de afeto, frustração, alegria ou desconforto, constituindo importantes formas de comunicação não verbal que necessitam ser interpretadas pelos adultos.

Nesse contexto, educar emocionalmente implica validar sentimentos, exercitar a empatia, auxiliar a criança a identificar e nomear suas emoções, estabelecer limites e ensinar formas socialmente adequadas de expressão e convivência. Trata-se de favorecer o respeito a si e ao outro, bem como a construção de estratégias para a resolução de conflitos (ARRUDA, 2015).

As experiências vividas no cotidiano são constantemente interpretadas pela criança e transformadas em conhecimentos sobre si e sobre o mundo. As percepções resultantes dessas vivências orientam escolhas e comportamentos, influenciando a constituição da identidade. Como afirma Michaliszyn (2008, p. 20), “pensamentos, ações e emoções não são formas inatas ou herdadas biologicamente, mas resultam de experiências e relações impostas pelo outro no decorrer de nossa inserção na vida social”.

Nos primeiros cinco anos, o desenvolvimento ocorre de maneira acelerada em quatro grandes áreas: motora, comunicação e linguagem, cognitiva e socioemocional. A partir das habilidades progressivamente adquiridas, a criança passa a expressar-se oralmente e a atribuir novos significados às experiências vividas na família, na escola e nos demais espaços sociais. Tais vivências deixam marcas duradouras, podendo ser positivas ou negativas, e frequentemente são transmitidas entre gerações. Os pais e cuidadores assumem papel central nesse processo, pois constituem as principais referências para a formação da identidade infantil.

O papel da família na primeira infância

A família constitui o primeiro espaço de socialização da criança e desempenha papel central na construção de sua identidade pessoal, social e psicológica. Por meio das interações com pais e cuidadores, a criança assimila valores, referências culturais e formas iniciais de letramento que, posteriormente, serão expressas no contexto escolar e nos demais espaços de convivência. Ao longo de cada etapa da vida, diferentes meios sociais passam a influenciar esse processo, contribuindo para a formação do caráter e para a constituição das experiências que marcam a trajetória individual.

A infância caracteriza-se por intensas transformações no conjunto das emoções e nas formas de manifestá-las. Nesse período, a participação dos pais torna-se fundamental, sobretudo no que se refere ao avanço das expressões emocionais, uma vez que os responsáveis colaboram para a compreensão dos aspectos da parentalidade que impactam o desenvolvimento infantil (MENDES; RAMOS, 2020). A qualidade das relações estabelecidas no ambiente familiar repercute diretamente na maneira como a criança aprende a reconhecer e a lidar com seus sentimentos.

Os pais assumem funções essenciais ao introduzirem a criança no mundo social, atribuindo significados às diferentes experiências e orientando a construção de noções de certo e errado. É nesse convívio que se desenvolvem hábitos, atitudes e valores necessários à vida coletiva, elementos que influenciarão a formação do caráter e a autonomia na vida adulta. Quando o núcleo familiar apresenta vínculos afetivos estáveis e práticas educativas coerentes, observa-se maior equilíbrio emocional e menor incidência de traumas e inseguranças. Conforme destaca Goleman (2011, p. 233),

a vida em família é onde iniciamos a aprendizagem emocional; nesse caldeirão íntimo aprendemos como nos sentir em relação a nós mesmos e como os outros vão reagir a nossos sentimentos; aprendemos como avaliar nossos sentimentos e como reagir a eles; aprendemos como interpretar e manifestar nossas expectativas e temores.

Entretanto, o contexto contemporâneo tem revelado significativas mudanças nas dinâmicas familiares. Jornadas de trabalho extensas e rotinas exaustivas reduzem o tempo destinado ao diálogo, ao brincar e ao acompanhamento dos filhos, fragilizando as relações de proximidade. Além disso, situações como violência doméstica, dependência química, conflitos conjugais e instabilidade emocional dos cuidadores podem interferir negativamente no desenvolvimento infantil, favorecendo o acúmulo de emoções adversas e o surgimento de possíveis desordens emocionais.

Mendes e Ramos (2020) ressaltam que os pais atuam como agentes fundamentais de socialização, exercendo papel ativo no desenvolvimento emocional dos filhos. A forma como a criança expressa suas emoções reflete não apenas o contexto familiar, mas também os valores compartilhados pelo grupo social ao qual pertence, articulados às suas características individuais.

Desse modo, compreende-se que as crianças tendem a refletir, em suas atitudes e comportamentos, as experiências vivenciadas no ambiente familiar. Cabe à família oferecer referências afetivas e educativas que favoreçam trajetórias saudáveis de desenvolvimento, reafirmando a importância de um contexto estruturado para a formação de sujeitos emocionalmente equilibrados.

O papel da escola na formação da identidade infantil

A escola constitui um dos primeiros espaços sociais frequentados pela criança e, quanto mais cedo ocorre essa inserção, maiores tendem a ser os benefícios para o seu desenvolvimento.

Estudos indicam que crianças de zero a seis anos que permanecem apenas no convívio familiar, relacionando-se majoritariamente com pessoas de outras faixas etárias, podem apresentar maior lentidão na conquista da autonomia e da linguagem. Em contrapartida, a interação com pares e com outros adultos, como professores, em um contexto diferente do doméstico, favorece o aprimoramento da comunicação e das habilidades sociais, uma vez que a aprendizagem assume caráter relacional e é potencializada pela diversidade de estímulos vivenciados.

Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil encontram-se definidos na Base Nacional Comum Curricular, contemplando as dimensões de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Tais direitos devem ser assegurados por meio de práticas pedagógicas intencionais, mediadas pelo professor, tanto na creche quanto na pré-escola. Para que esses objetivos sejam alcançados, é imprescindível considerar a criança como sujeito histórico e ativo, capaz de observar, questionar, formular hipóteses e construir conhecimentos a partir das interações sociais (BRASIL, 2017).

Diante dessas especificidades, cabe à escola inovar nas abordagens voltadas à infância, investindo em metodologias que valorizem a investigação, a criatividade e o caráter lúdico do aprender. A aprendizagem na Educação Infantil deve estar ancorada em experiências significativas que estimulem vínculos, curiosidade e relações cooperativas, respeitando as formas próprias de expressão das crianças.

Barbosa (2009, p. 12) afirma que a função da Educação Infantil nas sociedades contemporâneas é possibilitar a vivência em comunidade, aprendendo a respeitar e acolher a diversidade, ampliando o olhar para além do universo pessoal. Para a autora, esse processo implica “uma profunda aprendizagem da cultura através de ações, experiências e práticas de convívio social que tenham solidez, constância e compromisso”, permitindo à criança internalizar modos de pensar e agir construídos historicamente.

Nessa etapa inicial da escolarização, destacam-se conteúdos voltados à formação integral do ser, com ênfase no desenvolvimento das emoções, dos sentimentos e das habilidades sociais. Tal perspectiva converge com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, que definem a criança como “sujeito histórico e de direitos que, nas interações e práticas cotidianas, constrói sua identidade pessoal e coletiva, produzindo cultura” (BRASIL, 2009, p. 12).

A escola também desempenha papel fundamental na mediação de conflitos, ensinando as crianças a lidar com divergências de maneira saudável e construtiva. Ao vivenciarem situações de confronto com colegas, aprendem a exercer o controle emocional, o respeito mútuo e a expressão adequada de sentimentos. Gomes (2002, p. 39) ressalta que a escola é espaço de múltiplos olhares e que “tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto estigmatizá-las e negá-las”, evidenciando sua responsabilidade na construção de relações inclusivas.

Além disso, o ambiente escolar favorece o desenvolvimento de habilidades de comunicação, negociação e empatia, estimulando a busca por soluções justas para todos os envolvidos. A escola não é um campo neutro, mas um espaço sociocultural permeado por conflitos e contradições.

Dourado (2003, p. 62) destaca que, nesse contexto, todos possuem saberes a compartilhar e que as vivências escolares constituem processos formativos e cidadãos, marcados por símbolos, crenças e valores diversos.

Considerações finais

A Educação Infantil configura-se como etapa singular do desenvolvimento humano, na qual realidade e fantasia se entrelaçam e as crianças iniciam a aprendizagem de lidar com frustrações e emoções até então desconhecidas. Nesse processo, família e escola assumem responsabilidades complementares e decisivas para a formação da identidade.

A pesquisa evidenciou que o apoio familiar, aliado ao trabalho pedagógico sensível, contribui para que a criança desenvolva autonomia e segurança emocional. Quando esse percurso é atravessado por rupturas, como conflitos conjugais ou ausência de vínculos afetivos, podem surgir marcas que acompanham o sujeito por longo período, demandando acompanhamento e intervenção.

Observou-se que a escola desempenha papel estratégico ao identificar sinais de sofrimento infantil e ao orientar as famílias na busca de apoio especializado. Nessa fase da vida, intervenções adequadas podem minimizar impactos e favorecer trajetórias mais saudáveis.

Reafirma-se, portanto, que o trabalho articulado entre escola e família é fundamental para que as crianças tenham garantidos seus direitos de desenvolvimento integral. Cabe ao professor manter olhar atento às vivências dos alunos, integrando conteúdos às suas realidades e promovendo práticas que valorizem a escuta, o afeto e o respeito às singularidades.

Referências

ARRUDA, Maria. **Educação emocional na infância**. São Paulo: Summus, 2015.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Práticas cotidianas na Educação Infantil: bases para a reflexão sobre as orientações curriculares**. Projeto de cooperação técnica MEC/UFRGS para construção de orientações curriculares para a educação infantil. Brasília, DF: MEC/SEB/UFRGS, 2009. Disponível em https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_praticas_cotidianas.pdf

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 20/2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: CNE, 11 nov. 2009. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 5/2009. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: CNE, 17 dez. 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/qualidade-equidade-educacao->

infantil.pdf.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1996.

DESCHAMPS, Jean-Claude et al. **Identidade social e relações intergrupais**. Petrópolis: Vozes, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão democrática da escola: movimentos, tensões e desafios**. 2003.

FRANCO, Maria; SANTOS, Ana. **Desenvolvimento emocional na infância**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

GOMES, Nilma Lino. Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade. **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, v. 6-7, p. 67-82, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HAVILAND, William et al. The place of emotion in identity. **Journal of Research on Adolescence**, n. 4, p. 503-518, 1994.

LOPES, I. R. R. Desenvolvimento social e afetivo na primeira infância: concepções de professoras. **Revista Caparaó**, v. 2, n. 2, e24, 2020.

MICHALISZYN, Mário. **Sociologia da educação**. Curitiba: InterSaberes, 2008.

PINHEIRO, Carla. **Regulação emocional e desenvolvimento infantil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2017.

TANAJURA, L. L. C.; BEZERRA, A. A. C. Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. **Revista Eletrônica Pesquisaeduca**, Santos, v. 7, n. 13, p. 10-23, jan./jun. 2015.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2008.

WHETTEN, David; GODFREY, Paul. **Identity in organizations**. London: Sage Publications, 1998.